



Prefeitura da  
**ALIANÇA**  
#trabalhandopelopovo

## **LEI N.º 1.879, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025**

Altera a Lei Municipal nº 1.835, de 24 de abril de 2024, que institui a Política de Educação em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino da Aliança, para adequá-la às Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica e demais normativos correlatos, e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DA ALIANÇA, ESTADO DE PERNAMBUCO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A PRESENTE LEI:**

**Art. 1º.** A ementa da Lei Municipal nº 1.835, de 24 de abril de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação: “Institui a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino da Aliança, estabelece suas diretrizes, em consonância com a legislação federal e com as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica, e dá outras providências.”

**Art. 2º.** O art. 1º da Lei Municipal nº 1.835, de 24 de abril de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município da Aliança, a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com a Constituição Federal, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005/2014), o Plano Municipal de Educação (Lei nº 1.609/2015), a Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, bem como com

CNPJ: 10.164.028/0001-18

Rua Domingos Braga, S/N. Centro | Aliança/PE - CEP 55.890-000

[www.alianca.pe.gov.br](http://www.alianca.pe.gov.br)



as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, e pela Resolução nº 13, de 29 de outubro de 2025.

**Parágrafo único.** A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral constitui política pública estruturante para a garantia do direito à educação, orientada pelos princípios da inclusão, da equidade, da justiça curricular, da gestão democrática, da articulação intersetorial e do desenvolvimento integral dos educandos em suas dimensões cognitivas, físicas, emocionais, sociais, éticas, culturais e ambientais.”

**Art. 3º.** O art. 2º da Lei Municipal nº 1.835 passa a vigorar com a seguinte redação, mantidas as finalidades já previstas e acrescidos novos incisos:

“Art. 2º A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino da Aliança tem por finalidade:

- I – ampliar o currículo escolar, articulando teoria e prática, com aprofundamento das aprendizagens em Alfabetização, Linguagens, Matemática, Esporte e Lazer, Cultura, Artes e Educação Patrimonial, Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica, ludicidade, Saúde e Educação Socioemocional e demais componentes curriculares definidos em matrizes próprias;
- II – ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola, em jornada diária mínima de 7 (sete) horas ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, em oferta regular e permanente, observando-se as especificidades de cada etapa e modalidade da Educação Básica;
- III – assegurar a oferta de infraestrutura física, pedagógica, tecnológica, de alimentação e de transporte escolar compatível com a jornada ampliada, garantindo conforto, segurança, acessibilidade e condições para o desenvolvimento integral dos educandos;
- IV – promover a qualidade e equidade educacional, priorizando a expansão de matrículas em tempo integral em territórios, escolas e grupos de estudantes em situação de maior vulnerabilidade social, racial, econômica, territorial ou associada à deficiência;
- V – favorecer a permanência e o sucesso escolar, com ações sistemáticas de prevenção e enfrentamento à infrequência, ao abandono e à evasão, inclusive por meio de estratégias de busca ativa e de articulação intersetorial;





Prefeitura da  
**ALIANÇA**  
#trabalhandopelopovo

VI – garantir a gestão democrática, participativa e transparente da política, com a escuta qualificada de estudantes, profissionais da educação, famílias, comunidades escolares, conselhos de educação e demais instâncias de controle social;

VII – assegurar currículo, práticas pedagógicas e processos avaliativos alinhados à Base Nacional Comum Curricular – BNCC, ao currículo municipal e às diretrizes nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral;

VIII – promover a valorização e o desenvolvimento profissional dos educadores, com formação continuada em serviço específica para a Educação Integral em Tempo Integral;

IX – instituir processos de monitoramento e avaliação da política, com base em indicadores de acesso, permanência, aprendizagem, desenvolvimento integral, infraestrutura e gestão;

X – elevar gradualmente o desempenho educacional do Município, considerando, entre outros indicadores, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, as avaliações externas e os resultados de monitoramento interno da rede.”

**Art. 4º.** O art. 3º da Lei Municipal nº 1.835 passa a vigorar com a seguinte redação, para explicitar as formas de oferta e a perspectiva de equidade:

“Art. 3º A oferta da Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino da Aliança dar-se-á de forma progressiva, em escolas urbanas e rurais, observando-se o diagnóstico permanente de necessidades e as condições de infraestrutura, transporte, alimentação escolar e recursos humanos, bem como os critérios de equidade definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral poderá ser implementada em:

I – escolas exclusivas de educação integral em tempo integral, com 100% (cem por cento) de suas matrículas em jornada ampliada de, no mínimo, 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais;

II – escolas mistas, com parte de suas turmas em jornada ampliada de tempo integral e parte em jornada parcial, assegurada em todas elas a observância dos princípios desta política.

§ 2º A expansão da Educação Integral em Tempo Integral priorizará as escolas e territórios com maior vulnerabilidade socioeconômica, histórico de exclusão escolar e menor desempenho educacional, conforme indicadores definidos em ato normativo da Secretaria Municipal de Educação.

CNPJ: 10.164.028/0001-18

Rua Domingos Braga, S/N. Centro | Aliança/PE - CEP 55.890-000

[www.alianca.pe.gov.br](http://www.alianca.pe.gov.br)



§ 3º A oferta da Educação Integral em Tempo Integral deverá garantir o atendimento de estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e altas habilidades/superdotação, em consonância com a perspectiva da Educação Inclusiva e com as normas nacionais e municipais vigentes.”

**Art. 5º.** O art. 5º da Lei Municipal nº 1.835 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral funcionará com atendimento diário, de segunda a sexta-feira, em jornada escolar ampliada, com carga horária mínima de 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, podendo alcançar até 8 (oito) horas diárias, observado o disposto na legislação nacional e nas diretrizes operacionais para a Educação Integral em Tempo Integral.

§ 1º Integram a jornada escolar e compõem o processo educativo os tempos de acolhimento, alimentação, higiene, descanso, socialização, deslocamentos internos, convivência e transição entre atividades, os quais deverão ser planejados com intencionalidade pedagógica e acompanhados por profissionais qualificados.

§ 2º A organização dos tempos e espaços escolares deverá assegurar a indissociabilidade entre cuidar e educar, respeitando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, especialmente dos bebês, das crianças pequenas e dos demais estudantes público da Educação Básica.”

**Art. 6º.** O Capítulo VI – Da Composição Curricular, da Lei Municipal nº 1.835 passa a vigorar com a seguinte redação, substituindo-se o texto anterior:

#### CAPÍTULO VI DA COMPOSIÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Art. 13. As matrizes curriculares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental – anos iniciais e anos finais – ofertados em jornada de Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino da Aliança observarão:

I – os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, competências gerais, específicas e habilidades definidos na Base Nacional Comum Curricular – BNCC e no currículo municipal;

II – as Diretrizes Curriculares Nacionais para cada etapa da Educação Básica;



III – as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025;

IV – as normas estabelecidas na Resolução nº 13, de 29 de outubro de 2025, e demais normativos complementares;

V – a organização dos tempos e espaços em perspectiva integrada, superando a lógica de “turno” e “contraturno” e articulando componentes curriculares, projetos, atividades permanentes e práticas interdisciplinares.

**Art. 14.** As matrizes curriculares da Educação Infantil, dos anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental em tempo integral serão definidas em Anexos específicos desta Lei, devendo ser atualizadas por decreto do Poder Executivo, ouvido o Conselho Municipal de Educação, sempre que necessário para garantir a adequação às diretrizes nacionais e municipais.

**Art. 15.** A parte diversificada do currículo nas escolas com Educação Integral em Tempo Integral contemplará, entre outras, ações e projetos nas áreas de cultura, artes, esporte e lazer, saúde, educação socioemocional, cultura digital, educação patrimonial, formação para o mundo do trabalho e recomposição das aprendizagens, de forma coerente com os direitos de aprendizagem, as características do território e o projeto político-pedagógico da escola.”

**Art. 7º.** O Anexo I da Lei Municipal nº 1.835, de 24 de abril de 2024, que trata das matrizes curriculares da Educação Infantil, dos Anos Iniciais e dos Anos Finais do Ensino Fundamental em tempo integral, fica revogado, passando a vigorar novas matrizes curriculares constantes dos Anexos I, II e III desta Lei, que passam a integrá-la para todos os fins.

§ 1º As novas matrizes deverão refletir as adequações já realizadas pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação, garantindo a conformidade com a BNCC, com o currículo municipal e com as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral.

§ 2º A Secretaria Municipal de Educação publicará, em ato próprio, as versões consolidadas das matrizes curriculares aprovadas, assegurando ampla divulgação às unidades escolares e à comunidade educacional.





Prefeitura da  
**ALIANÇA**  
#trabalhandopelopovo

**Art. 8º.** Ficam acrescidos à Lei Municipal nº 1.835 os arts. 22-A, 22-B e 22-C, com a seguinte redação:

“Art. 22-A. A implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral observará, de forma articulada, as seguintes dimensões estratégicas:

- I – acesso e permanência com qualidade e equidade;
- II – gestão da política de Educação Integral em Tempo Integral;
- III – articulação intersetorial e integração com os territórios e comunidades;
- IV – currículo, práticas pedagógicas e avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento;
- V – valorização e desenvolvimento profissional de educadores;
- VI – monitoramento e avaliação.

Art. 22-B. A Secretaria Municipal de Educação instituirá mecanismos específicos de gestão democrática da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, garantindo:

- I – instância responsável pelo acompanhamento contínuo da política e pela proposição de recomendações para seu aprimoramento;
- II – definição de objetivos e metas quantitativas e qualitativas para ampliação do acesso, garantia da permanência e melhoria da aprendizagem e do desenvolvimento;
- III – escuta e participação de estudantes, profissionais da educação, famílias e comunidade na elaboração, revisão e acompanhamento dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas;
- IV – elaboração de estratégias específicas para assegurar transporte e alimentação escolar adequados à jornada em tempo integral;
- V – elaboração de relatório anual de monitoramento da política, a ser apresentado ao Conselho Municipal de Educação.

Art. 22-C. O monitoramento e a avaliação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral considerarão, no mínimo, os seguintes indicadores:

- I – distribuição das matrículas em tempo integral por unidade escolar, território, raça/cor, gênero, condição socioeconômica, deficiência e localização geográfica;
- II – taxas de permanência, aprovação, reprovação, abandono e evasão, bem como resultados de aprendizagem e desenvolvimento integral;
- III – condições de infraestrutura física e pedagógica das unidades que ofertam Educação Integral em Tempo Integral;

CNPJ: 10.164.028/0001-18

Rua Domingos Braga, S/N. Centro | Aliança/PE - CEP 55.890-000

[www.alianca.pe.gov.br](http://www.alianca.pe.gov.br)

IV – efetivação da gestão democrática e da participação da comunidade escolar;  
V – qualidade da articulação intersetorial e da integração com os territórios.

Parágrafo único. As informações resultantes do monitoramento e da avaliação deverão ser sistematicamente utilizadas para o replanejamento da política, subsidiando decisões sobre expansão de matrículas, alocação de recursos e ações de formação de profissionais.”

**Art. 9º.** Para fins do disposto no art. 28 da Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, considera-se que a presente Lei promove a revisão e atualização do normativo municipal específico que regulamenta a Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino da Aliança.

**Art. 10.** Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas da Lei Municipal nº 1.835, de 24 de abril de 2024, que colidirem com as normas instituídas por esta Lei e pelas resoluções mencionadas no art. 1º.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Aliança – PE, 11 de dezembro de 2025.



**PEDRO ERMINIO DE ALMEIDA FREITAS FILHO**  
Prefeito Municipal